



GT 006. Alimentação, Cultura e Direitos Sociais

Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Coordenador/a, Rogéria Campos de Almeida Dutra (Universidade Federal de Juiz de Fora) - Coordenador/a, Maria Eunice de Souza Maciel (UFRGS) - Debatedor/a, Sandra Simone Queiroz de Moraes Pacheco (UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA) - Debatedor/a, Talita Prado Barbosa Roim (Universidade Federal de Goiás) - Debatedor/a

O projeto de construção de uma comunidade global baseada em padrões universais e progressivos de decisão, moralidade e dignidade humanas constitui uma das grandes transformações do século XX, tendo como marco significativo a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse âmbito, o Direito Alimentar tem sido objeto da reflexão antropológica desde 1940 e a crescente sua participação no debate contemporâneo em função de sua interconexão com a crise alimentar em suas diferentes facetas, tais como: mecanismos institucionais de poder e práticas administrativas, relações de dominação entre grupos e nações, crise ecológica e produção em larga escala, concentração de renda e empobrecimento de grandes contingentes populacionais, relações entre saberes tradicionais e saber científico etc. No Brasil, a Constituição de 1988 representou um avanço significativo na possibilidade de consolidação de um conjunto de Direitos Sociais, dos quais a alimentação ocupa um lugar central, seja na efetivação da dignidade humana e cidadania, seja na possibilidade dos grupos sociais reproduzirem suas existências nos seus lugares de atuação. Assim, o GT busca assegurar e ampliar o espaço de discussão da Antropologia da Alimentação e colocar em perspectiva questões relativas aos riscos e controvérsias sobre a segurança alimentar e nutricional, dos ativismos políticos e das políticas públicas, que assegurem o direito à alimentação, soberania e cultura alimentar nos seus aspectos multidimensionais.

O Programa Bolsa Família (PBF) entre os Akwen-Xerente do Tocantins: mudanças alimentares e transformações nos papéis de gênero

Autoria: Reijane Pinheiro da Silva, Cássia Araújo Moraes Braga

A proposta desta pesquisa é identificar e analisar os impactos do Programa Bolsa Família entre os Akwen-Xerente do Tocantins, considerando, especialmente, as mudanças nos hábitos alimentares intensificadas nos últimos anos (Silva, 2015), bem como possíveis mudanças nas relações sociais e de gênero, além da relação entre essas mudanças e o aumento de doenças crônicas não transmissíveis. A pesquisa de caráter qualitativo e etnográfico está com previsão de finalização em outubro de 2018. Conforme o Censo 2010 o número de indígenas no Brasil corresponde a 896.917 pessoas. Em junho de 2018, 13.736.341 famílias indígenas receberam o Bolsa Família. Entre os Akwen convém destacar as intensas transformações sociais associadas ao impacto dos projetos de desenvolvimento, depois da criação do estado do Tocantins, em 1988. Como exemplo citamos construção da Usina Hidrelétrica de Lajeado, TO (UHE), que extinguiu as roças de vazante e fez diminuir o plantio das roças de toco. Neste contexto, a implantação de programas como o PBF, possibilitou aos Akwen a garantia de um relativo acesso regular a alimentos, mas ampliou o consumo de processados, enlatados e de alimentos de baixo valor nutritivo e alto teor calórico, como refrigerantes e biscoitos doces, consumo simultâneo de massas (exemplo macarrão, batata e arroz) e de alimentos com altas quantidades de sódio. Nessa direção a pesquisa aponta a relação entre as mudanças alimentares e o aumento de adoecimentos associados a problemas cardio-vasculares e o aumento de agravos como diabetes tipo II. Aponta, ainda, mudanças no papel das mulheres Akwen que, de posse do cartão do PBF, passaram o



ocupar espaços antes exclusivo aos homens, como, por exemplo, a prerrogativa de decidir o destino dos recursos financeiros da família.



Realização:



Apoio:



Organização:

